



## Editorial

O filósofo francês Michel Serres, num estudo sobre a recente crise econômica, defende a necessidade de incluir nas agendas políticas nacionais e internacionais a questão do meio-ambiente. Seja qual for o objeto em pauta haverá sempre um terceiro sujeito envolvido: o planeta terra. Segundo ele, a superação de crises ou conflitos passa inevitavelmente também pelo cuidado ambiental (cf. *Tempo di crisi*, 2009).

O aparecimento deste “novo ator social” - o meio ambiente - atinge também o mundo das migrações internas e internacionais. Nas últimas décadas cresceu sensivelmente o número de pessoas que foram obrigadas a sair das próprias terras por razões relacionadas com o ambiente ou o clima: desastres naturais, mudanças climáticas ou alterações ambientais provocadas por projetos de “desenvolvimento”. Trata-se, no sentido estrito, de pessoas em busca de refúgio e proteção, impossibilitadas de regressar - temporária ou definitivamente - às áreas de sua residência pela destruição sócio-ambiental de suas terras - por exemplo, nos casos de terremotos, inundações ou tsunamis - ou, simplesmente, pelo seu desaparecimento - por exemplo no caso de ilhas submersas pela elevação do nível do mar ou áreas inundadas pela construção de hidroelétricas.

Esses migrantes forçados são geralmente chamados de “refugiados ambientais”, embora essa expressão não seja universalmente reconhecida, sobretudo por não se encaixar na definição da Convenção de Genebra - trata-se, de fato, na maioria dos casos, de deslocados “internos”. Por outro lado, deve-se reconhecer que estamos diante de seres humanos em busca de refúgio e proteção, embora o façam fora dos padrões da Convenção de

1951. Mais questionável, na realidade, é a razão meramente ambiental ou climática da busca de refúgio: de fato, os desastres ambientais e as mudanças climáticas são frequentemente antropogênicos e, por vezes, representam apenas o estopim de uma condição de vulnerabilidade que tem pouco ou nada a ver com o meio ambiente. Talvez poderiam ser chamados de “refugiados de alterações ambientais e vulnerabilidades antropogênicas”.

Seja como for, a questão dos refugiados ambientais envolve diferentes âmbitos de reflexão. Neste número da REMHU, a questão jurídica é abordada, de forma específica, por *Susana Borràs Pentinat* e envolve o status jurídico destes migrantes forçados que, mesmo passando por situações análogas às dos refugiados “clássicos”, não são amparados de forma adequada pelos instrumentos internacionais de proteção. É possível, de um ponto de vista jurídico, ampliar o conceito tradicional de refugiado e estender a proteção internacional para os refugiados ambientais? De que forma?

A questão jurídica anda em simbiose com a questão política. *Christel Cournil* e *Cecilia Tacoli* abordam o tema em questão a partir desse enfoque. A primeira traça um aprofundado histórico sobre o desenvolvimento recente da agenda política e científica internacional referente a questões ambientais e proteção dos refugiados; já *Cecilia Tacoli*, a partir de pesquisas acadêmicas, aponta pistas prioritárias para as políticas de proteção das vítimas, enfatizando, de forma específica, a necessidade de reduzir a vulnerabilidade social.

*Raoul Kaenzig* e *Etienne Piguet*, bem como *Alisson Flávio Barbieri* e *Luciana Delfini* analisam o nexo entre alterações climáticas e migrações. Os primeiros dois autores debruçam-se sobre o continente latino-americano e apresentam uma resenha bibliográfica das principais pesquisas acadêmicas sobre o tema, ressaltando a carência de estudos e, ao mesmo tempo, a necessidade de se evitar uma correlação mecânica entre alterações climáticas e migrações internacionais. Por sua vez, *Alisson Barbieri* analisa as relações entre mobilidade populacional e mudanças climáticas, traçando cenários de vulnerabilidade para o nordeste brasileiro e ressaltando os nexos entre mobilidade - voluntária e involuntária - e as capacidades adaptativas das populações da região. Finalmente, *Luciana Delfini* examina a área do Mediterrâneo e destaca os cenários de alterações ambientais que, nos próximos anos, poderão interferir, de forma significativa, nos deslocamentos populacionais da região.

Vários artigos da revista são bastante unânimes em salientar o nexo entre mudanças ambientais/climáticas, deslocamentos populacionais e

situação de vulnerabilidade social em que se encontram as populações atingidas, sendo que este terceiro fator, com frequência, se torna determinante no que diz respeito às estratégias de adaptação e, eventualmente, à possibilidade e oportunidade de migrar.

Essa vulnerabilidade, conforme *Fernando Malta*, é acirrada pelas anomalias do conceito de “refugiados ambientais” em relação ao moderno sistema internacional de Estados e ao conceito “clássico” de refugiado, o que dificulta o reconhecimento internacional e pode agravar as consequências sociais de um fenômeno que, conforme os prognósticos, tende a se tornar mais frequente e atingir um número crescente de pessoas.

Os dramas sofridos pelos assim chamados “atingidos por barragens” são apresentados por *Renata da Silva Nobrega*, que desmistifica a “febre barrageira” e sua “guerra desconhecida do desenvolvimento”, em que os deslocamentos forçados e os direitos violados das populações atingidas são interpretados como meros efeitos colaterais e inevitáveis do inexorável caminho do progresso.

Finalmente, *Sandro Gallazzi*, numa abordagem bíblica, apresenta a trajetória do povo de Israel marcada pela constante luta contra a escassez de águas superficiais. A peregrinação, enquanto estratégia de adaptação e fuga da opressão, adquiriu, com o tempo, um forte valor simbólico que marcou de maneira indelével a identidade do povo bíblico.

Na seção “Relatos e reflexões”, *Leonardo Boff* e *Roberto Malvezzi* abordam a questão ambiental: o primeiro focaliza as atitudes e os comportamentos de hospitalidade e de cuidado, enquanto o segundo a crise da água em seus aspectos fenomenológicos e axiológicos. Extremamente ricos são também os testemunhos de *Dom Luis Cappio*, que relata, numa entrevista, sua luta contra a transposição do Rio São Francisco, e de *Honoré Eugur*, jovem haitiano residente no Brasil, que conta a dramática experiência do terremoto de Haiti ocorrido em janeiro de 2010.

Este número da REMHU inclui também uma seção de artigos sobre diferentes temas relacionados com as migrações. *Ancelmo Schörner* e *José Adilçon Campigoto* elaboram uma leitura histórica dos discursos construídos “a partir de seu centro” e veiculados pelos meios de comunicação social sobre a migração interna na cidade catarinense de Jaraguá do Sul. Finalmente, *Paolo Gomarasca* debruça-se sobre a questão da “metissagem” enquanto encontro e fusão de diferentes culturas, questionando os mitos da pureza cultural e, ao mesmo tempo, ressaltando as contribuições dessa categoria para a convivência de povos na sociedade contemporânea.

A revista conta também com os preciosos relatos das experiências apostólicas-missionárias de *Isabel Montenegro*, mscs, acerca da presença scalabriana na Colômbia, e de *Elisete Terezinha Signor*, mscs, sobre a atuação congregacional junto a brasileiros e brasileiras residentes em Massachusetts nos EUA.

Desejamos a todos e todas uma boa leitura!